Decreto n.º 21:231

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições: hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º São reforçadas respectivamente com as quantias de 14.000\$ e 2.000\$ as verbas de 36.000\$ e 24.000\$ inscritas no orçamento do Ministério da Marinha para o corrente ano económico, capítulo 11.º, artigo 292.º «Despesas de conservação e aproveitamento do material», a primeira no n.º 1) «De imóveis», alínea b) «Reparação e conservação do palácio da Junta, incluindo a Escola de Aplicação de Marinha», a segunda no n.º 3) «De imóveis», alínea a) «Máquinas, embarcações, carros, etc.».

Art. 2.º São anuladas no artigo 288.º «Remunerações accidentais» do mesmo capítulo e orçamento as quantias de 1.800\$, 1.400\$, 9.000\$, 2.000\$ e 1.800\$, respectivamente nas verbas de 10.000\$, 6.240\$, 18.000\$, 7.600\$ e 7.560\$ inscritas por sua vez nos n.º 1) «Trabalhos além do normal, etc.», n.º 2) «Trabalhos de limpeza das secretarias, depósitos, etc.», n.º 3) «Horas além de oito e durante a noite, etc.», n.º 5) «Trabalhos de capatazes, guardas e apontadores além de oito horas», e n.º 8) «Trabalhos de desenho e outros, etc.».

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 11 de Maio de 1932.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira—Mário Pais de Sousa—José de Almeida Eusébio—António de Oliveira Salazar—António Lopes Mateus—Lutz António de Magalhães Correia—Fernando Augusto Branco—João Antunes Guimarães—Gustavo Cordeiro Ramos—Henrique Linhares de Lima.*

Decreto n.º 21:232

Tendo dado entrada nos cofres do Estado a quantia de 5:918.400\$, correspondente à restituição das importâncias que, no ano económico de 1930-1931, foram pagas às casas italianas construtoras de navios, em virtude de terem sido rescindidos os contratos relativos à construção de dois avisos de 1.ª classe, dois submersíveis e um navio porta-aviões;

Reconhecendo-se que as despesas feitas com viagens e estadia do pessoal da armada em serviço de fiscalização da construção dos navios devem constituir encargo da verba orçamental destinada à aquisição dos mesmos e não das verbas orçamentais destinadas ao pagamento das despesas com o mesmo pessoal quando em serviço normal da marinha de guerra;

Tornando-se portanto necessário rehabilitar com a totalidade das quantias despendidas as verbas orçamentais por onde foram satisfeitas as referidas despesas e bem assim restituir à verba orçamental destinada à aquisição de navios de guerra as importâncias das prestações que foram pagas no ano económico de 1930-1931, deduzidas aquelas despesas;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331,

de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º São reforçados com as quantias que respectivamente lhes vão indicadas os seguintes artigos do orçamento do Ministério da Marinha para o corrente ano económico:

Capítulo 3.º — Artigo 18.º — Despesas de comunicações:

N.º 3) — Transportes:

Alínea c) — Passagens terrestres e marítimas do pessoal do Ministério 179.323\$500

Capítulo 4.º — Artigo 48.º — Outras despesas com o pessoal:

N.º 1) — Ajudas de custo, despesas de deslocação, etc. 1:285.483\$500

Capítulo 13.º — Artigo 298.º — Aquisição de navios de guerra, respectivo armamento, munições e despesas inerentes à mesma aquisição

4:453.593\$500

5:918.400\$000

Art. 2.º No orçamento das receitas para o corrente ano económico será inscrita igual quantia no capítulo 7.º, artigo 179.º, sob a rubrica «Reposições não abatidas nos pagamentos».

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 11 de Maio de 1932.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Domingos Augusto Alves da Costa Olivetra—Mário Pais de Sousa—José de Almeida Eusébio—António de Oliveira Salazar—António Lopes Mateus—Luz António de Magalhães Correia—Fernando Augusto Branco—João Antunes Guimarães—Gustavo Cordeiro Ramos—Henrique Linhares de Lima.*

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção Geral dos Negócios Comerciais

Questões Económicas

De ordem superior se faz público que, segundo informa a Embaixada da Grã-Bretanha, a assinatura e ratificação por parte do Governo Britânico do Acôrdo relativo a cartas e caixas com valores declarados, assinado em Londres em 28 de Junho de 1929, se deve considerar como abrangendo a Colónia e Protectorado da Nigéria e o Camarão sob mandato britânico a partir de 6 de Abril de 1932.

Direcção Geral dos Negócios Comerciais, 9 de Maio de 1932.—O Director Geral, *Francisco António Correia.*

De ordem superior se faz público que, segundo informa a Legação dos Estados Unidos da América, a República Dominicana ratificou em 9 de Abril de 1932 a Convenção Internacional Radiotelegráfica, assinada em Washington em 25 de Novembro de 1927, bem como os regulamentos atinentes.

Direcção Geral dos Negócios Comerciais, 11 de Maio de 1932.—O Director Geral, *Francisco António Correia.*